

**ÁREA TEMÁTICA: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, GOVERNO E TERCEIRO  
SETOR**

**A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS E A FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO  
DE BELO HORIZONTE: MARGINALIZAÇÃO E PERIFERIZAÇÃO DE RIOS E  
SUJEITOS**

## RESUMO

Belo Horizonte inicia de forma planejada, sob forte influência estatal e com perspectiva urbanística modernizadora, pautada em ideais sanitaristas, de livre movimentação dos indivíduos e com uma estrutura altamente organizada. No entanto, os anseios de uma elite pautados no progresso e no desenvolvimento trazem consequências e graves problemas urbanos como as inundações. Desse modo, o objetivo geral desse trabalho é discutir sobre o processo de marginalização e periferização de rios e sujeitos a partir de uma política pública de saneamento e de recursos hídricos pautada na gentrificação e no viés higienista. Para isso, analisamos a formação do espaço urbano de Belo Horizonte; discorremos sobre a gestão pública e políticas públicas no que tange à gestão dos recursos hídricos; e discutimos sobre a vulnerabilidade causada pela gestão de recursos hídricos na cidade. Como consequência desse fenômeno, há uma elevação do valor da terra e o deslocamento compulsório das populações mais pobres, onde mais uma vez, as pessoas menos abastadas são lançadas às margens. Dessa maneira, é impossível falar de desenvolvimento das periferias sem citar o que a gentrificação representa para as populações que ocupam essas áreas, entretanto, vale ressaltar que a crítica não envolve o oferecimento de serviços e infraestrutura, mas sim transformar o direito à moradia em mercadoria à mercê da lógica produtivista e das oscilações mercadológicas.

**Palavras-chave:** Políticas públicas, Espaço urbano, Recursos hídricos, Belo Horizonte.

## ABSTRACT

Belo Horizonte starts in a planned way, under strong state influence and with a modernizing urbanistic perspective, based on sanitary ideals, of free movement of individuals and with a highly organized structure. However, the aspirations of an elite based on progress and development bring consequences and serious urban problems such as floods. Thus, the general objective of this work is to discuss the process of marginalization and peripherization of rivers and subjects based on a public policy on sanitation and water resources based on gentrification and hygienist bias. For this, we analyze the formation of the urban space of Belo Horizonte; we talk about public management and public policies with regard to the management of water resources; and we discussed the vulnerability caused by the management of water resources in the city. As a consequence of this phenomenon, there is an increase in the value of land and a compulsory displacement of the poorest populations, where, once again, the less affluent people are thrown to the margins. Thus, it is impossible to talk about the development of the peripheries without mentioning what gentrification represents for the populations that occupy these areas. at the mercy of productivist logic and market oscillations.

**Keywords:** Public policy, Urban space, Water resources, Belo Horizonte.

## 1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do município de Belo Horizonte ocorreu inicialmente de forma planejada e sua concepção e construção ocorreram sob uma forte influência estatal e com uma perspectiva urbanística modernizadora. A lógica de cidade moderna “reinventa e ressignifica caminhos antes tidos como tortuosos, impondo um ritmo de vida diferenciado e comportamentos que são próprios do processo de modernização” (PASSOS, 2016, p. 333). A consolidação do espaço urbano moderno foi pautada em ideais sanitaristas, de livre movimentação dos indivíduos e com uma estrutura altamente organizada. O esforço em alcançar um ideal progressista de cidade para Belo Horizonte foi tamanho que, dentro do arranjo arquitetônico, foi necessário também, realizar intervenções diretas na estrutura fluvial original (PASSOS, 2016).

Partindo da crítica relacionada ao desenvolvimento de pontos nodais do planejamento urbano, é possível identificar fenômenos que denunciam os contrastes e contradições na constituição do espaço urbano e colocam em questão a efetividade do planejamento urbano atual. No primeiro trimestre do ano de 2020, Belo Horizonte sofreu com um aumento incomum no volume de chuvas, se comparado, por exemplo, ao mesmo período do ano anterior<sup>1</sup>. Tal anomalia gerou inúmeras situações caóticas acarretando prejuízos sociais, econômicos e ambientais. Além de fazer emergir um debate acerca dos problemas estruturais relacionados à canalização dos cursos d’água, ao desenvolvimento urbano e a gestão responsável de recursos hídricos, também levou o poder público e a sociedade civil organizada a repensar estratégias de planejamento e gestão.

Os debates que surgiram após os eventos climáticos atípicos não se esgotam apenas no planejamento urbano, mas se estendem a uma gestão inteligente dos recursos hídricos, que inclui também, questões relacionadas ao saneamento básico – que é um direito constitucional – onde através de um conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais é garantido à população o abastecimento de água potável, o esgotamento sanitário, a drenagem e o manejo das águas pluviais urbanas.<sup>2</sup>

Sendo assim, o objetivo geral desse trabalho é discutir sobre o processo de marginalização e periferação de rios e sujeitos a partir de uma política pública de saneamento e de recursos hídricos pautada na gentrificação e no viés higienista. Para isso, analisamos a formação do espaço urbano de Belo Horizonte; discorreremos sobre a gestão pública e políticas públicas no que tange à gestão dos recursos hídricos; e discutimos sobre a vulnerabilidade causada pela gestão de recursos hídricos na cidade.

Esse trabalho se justifica, pois as políticas públicas têm papel fundamental no exercício da cidadania e na garantia de direitos constitucionais. Ao colocarmos em evidência a importância de políticas públicas específicas sobre recursos hídricos e

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://bdmep.inmet.gov.br/>. Acesso em: 25 ago. 2020.

<sup>2</sup> Adaptado: BRASIL. Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020. Atualiza o marco legal do saneamento básico. Brasil, 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2020/Lei/L14026.htm#art7](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14026.htm#art7). Acesso em: 25 ago. 2020.

saneamento básico, buscamos refletir sobre a relevância da atuação do poder público na mitigação de danos sociais e ambientais, suavizando ou evitando possíveis consequências negativas. Quando há uma má gestão de recursos econômicos e naturais, os prejuízos vão além do âmbito financeiro, pois interferem diretamente na qualidade de vida da população e na manutenção do equilíbrio ambiental.

Além disso, as influências antrópicas no meio urbano têm sido cada vez mais significativas, alterando consideravelmente as dinâmicas naturais. Na área de estudo deste projeto, a ocorrência de ocupações humanas com pouco ou nenhum planejamento e de formas pouco sustentáveis são facilmente identificadas, entretanto, os problemas não podem ser atribuídos apenas às pessoas que lá residem ou trabalham, mas sim, a toda lógica de gestão dos recursos hídricos em âmbito municipal.

O trabalho apresenta além dessa introdução um tópico que discute a formação do espaço urbano de Belo Horizonte, com enfoque no planejamento urbano e conseqüente exclusão que é ilustrada posteriormente com o exemplo de Venda Nova, inicialmente uma área rural que passa a ser uma “micro-centralidade” econômica. Em seguida, o trabalho discute as inundações ocorridas em Belo Horizonte e a gestão pública e políticas públicas no que tange à gestão dos recursos hídricos. Por fim, o artigo discute sobre a vulnerabilidade causada pela gestão de recursos hídricos, tendo em vista os sujeitos periféricos e os rios marginais.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Esse tópico é dividido em quatro partes, a saber: (I) Formação do espaço urbano de Belo Horizonte: planejamento e exclusão; (II) O exemplo de Venda Nova: de área rural à “micro-centralidade” econômica; (III) Inundações em Belo Horizonte: eficiência e caos urbano; e (IV) Políticas públicas na gestão dos recursos hídricos de Belo Horizonte.

### **2.1 Formação do espaço urbano de Belo Horizonte: planejamento e exclusão**

O fenômeno da urbanização é entendido como aquele que modifica a organização do espaço rural, transformando-o em espaço urbano. O crescimento territorial e populacional das cidades, além da modificação das lógicas de trabalho e das relações sociais, proporciona às áreas urbanizadas características próprias, permitindo aos teóricos possibilidades de análise tanto sob a ótica econômica, quanto sociológica. O desenvolvimento da cidade de Belo Horizonte não foge ao padrão de expansão de outras metrópoles latino-americanas, principalmente as que foram marcadas pela elitização e segmentação do espaço urbano, sobretudo ao considerar as mudanças nas relações de trabalho no campo e a especulação imobiliária - enquanto materialização da lógica capitalista - como fatores motivadores da migração campo-cidade e centro-periferia.

A percepção do espaço urbano enquanto ambiente asséptico e ordenado trazida por Passos (2016) é comum às cidades do final do século XIX, dentro de um contexto social e econômico tomado pela ascensão paulatina de políticas liberais. A tendência

no processo formador de Belo Horizonte também responde a essa lógica, à medida que o anseio pelo ordenamento social limita a manifestação da diversidade, estimula o individualismo e transforma o espaço urbano disciplinado em local de passagem e não de permanência, reprimindo a criação de vínculos afetivos entre a sociedade e o espaço ocupado e convertendo o espaço urbano, nesses moldes, a uma paisagem naturalizada.

Segundo Julião (1996, p. 59) “a criação e a construção da cidade concretizavam os desejos de uma elite que encarava o advento da República como sinal de ruptura com o passado, preconizando a modernização e o desenvolvimento nacional” (*apud* PASSOS, 2016, p. 335). Desse modo, a fundação de Belo Horizonte se tornou um marco, tendo em vista não somente o processo modernizador em si, mas também o viés positivista sob a ótica racional de estruturação do espaço físico, que se apoiou no “ideal sanitarista, comparando-a a um corpo saudável e limpo” (PASSOS, 2016, p. 336).

Sendo o espaço geográfico produto-agente da dinâmica social em diferentes tempos, Diniz (2015, p. 19) atribui às cidades o “espaço produzido, sob o viés da industrialização, que se torna mercadoria, assim como os demais produtos criados pela produção capitalista”. Dessa maneira, o espaço urbano não pode ser considerado apenas produto ou receptáculo da vida social, mas sim, algo que “intervém nas relações sociais de produção e reprodução” (DINIZ, 2015, p. 19).

Embora a cidade de Belo Horizonte apresente particularidades no seu processo de formação, que perpassam o planejamento estratégico diante de um cenário de transformações históricas na política nacional, seu planejamento urbano - que inicialmente apresentou um viés modernizador - abriu caminhos para a expulsão das populações mais pobres do perímetro urbano. No qual, segundo Diniz (2015) a formação precoce de áreas periféricas e suburbanas veio em decorrência da exclusão da população mais pobre, sendo esta, constituída também pelos trabalhadores que participaram da construção da cidade e suas famílias.

Esses grupos “acabaram por residir em áreas reservadas à instalação de colônias agrícolas ou ocupar clandestinamente áreas da cidade, inclusive na zona urbana, fomentando o surgimento de favelas” (DINIZ, 2015, p. 170). Considerando que a área urbana de Belo Horizonte se limitava à Avenida do Contorno que, por sua vez, recebeu todo o investimento em infraestrutura, houve um nítido negligenciamento da expansão potencial das áreas em seu entorno.

Décadas após sua fundação, que ocorreu em 1897, o processo de metropolização foi iniciado, sobretudo em decorrência da dinâmica populacional e de fatores econômicos. Belo Horizonte se expandiu radialmente, mas de forma irregular, considerando que cada região em seu entorno, cresceu de maneira desigual e em contextos históricos e econômicos distintos. Enquanto a expansão das regiões sul, leste e oeste já apresentavam pontos de saturação, a expansão do Vetor Norte passou a ser apontada como solução dos problemas urbanos da época. O crescimento desordenado da malha urbana do município culminou na formação da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), que atualmente abriga 34 municípios, em uma estrutura urbana com elevado grau de complexidade.

## **2.2 O exemplo de Venda Nova: de área rural à “micro-centralidade” econômica**

A região conhecida hoje como Venda Nova não possui muitos registros concretos sobre seu surgimento, entretanto, é possível datar o início aproximado da sua história a partir de meados do século XVIII, sendo esta, parte da Comarca de Sabará, uma importante centralidade durante o ciclo do ouro. No decorrer histórico, Venda Nova passa, portanto, de Região Histórica de Venda Nova à Região Administrativa de Venda Nova (DINIZ, 2015).

A proposta de delimitação de Belo Horizonte em três grandes áreas, de acordo com Diniz (2015), resultou na divisão entre Zona Urbana, aquela delimitada pela Avenida do Contorno e que abrigava sua elite política e econômica; Zona Suburbana, aquela composta por um anel pericentral a partir da Avenida do Contorno com formação irregular e despadronizada e a Zona Rural, aquela destinada aos estabelecimentos agrícolas, formando um cinturão verde.

O desenvolvimento marginal de Venda Nova foi acentuado a partir dessa formação socioespacial, pois diversos moradores antigos do Curral Del Rei – área destinada à construção de Belo Horizonte – começaram a ser desapropriados e foram obrigados a se instalar na Região Histórica de Venda Nova, devido ao baixo valor indenizatório pago pelo governo e pelo elevado preço dos imóveis da capital. Em 1919, a Região Histórica de Venda Nova deixa de integrar a categoria de subúrbio e passa à condição de distrito de Belo Horizonte, sendo reincorporada ao município apenas em 1948 (DINIZ, 2015).

Em meados de 1940 a região da Pampulha começou a receber investimentos públicos com o intuito de integrá-la à área central através de importantes obras viárias e da exploração do seu potencial paisagístico. Embora houvesse uma proximidade entre a Pampulha e Venda Nova, o processo de desenvolvimento econômico e os investimentos em políticas públicas ainda demoraram a acontecer. O isolamento estrutural que acompanhou a história de Venda Nova trouxe um fortalecimento ao bairro, transformando-o em uma “micro-centralidade” para os bairros que foram nascendo em seu entorno, tal isolamento gerou inclusive, um descontentamento de sua população que levou a uma tentativa de emancipação em 1962 (DINIZ, 2015; PINHO, 2021).

No ano de 1973, as duas primeiras Regiões Administrativas de Belo Horizonte foram consolidadas, sendo elas: Região Administrativa Barreiro e Região Administrativa Venda Nova, que foram “instituídas com o fim de promover a descentralização administrativa e a melhor coordenação dos programas e ações a serem implantados em cada região, observadas as suas particularidades e demandas mais urgentes” (DINIZ, 2015, p. 188).

Os elevados investimentos no Vetor Norte da RMBH nos últimos anos, geraram impactos em toda a região e apresentaram efeito multiplicador, ou seja, na medida em que novos empreendimentos foram atraídos, houve uma requalificação da infraestrutura existente. Como Venda Nova é considerada hoje um subcentro metropolitano, ocorre na região um adensamento do comércio e de serviços, principalmente nas suas duas principais vias, a Rua Padre Pedro Pinto e a Avenida Vilarinho (DINIZ, 2015; PINHO, 2021). Dessa maneira, a consequência da

reestruturação socioeconômica e demográfica do Vetor Norte, abrange o “incremento na infraestrutura urbana, nos equipamentos culturais, de lazer e desporto, [...] entre outras atividades comerciais que até então eram inexistentes ou limitadas na região” (DINIZ, 2015, p. 230-231).

### **2.3 Inundações em Belo Horizonte: eficiência e caos urbano**

A busca por sistemas de drenagem altamente eficientes está relacionada à visão higienista e modernizadora que fez parte da construção da cidade, no qual a noção de saneamento segundo Souza (2013), é representada pela necessidade de construir estruturas – preferencialmente invisíveis – que conduzam a água, seja ela produto do esgotamento sanitário ou do regime pluvial para fora da cidade que seria seu destino final, através de gigantescas obras que resultaram no distanciamento entre o planejamento urbano e a manutenção da sustentabilidade dos sistemas naturais de drenagem. Sendo o poder público o maior responsável quanto à condução desse cenário, ao permitir – e por vezes estimular – a ocupação e impermeabilização de áreas de várzea que são naturalmente alagáveis, desencadeando assim, graves problemas urbanos.

Dentre as justificativas para invisibilizar os rios urbanos, três delas são destaque (SOUZA, 2013). A primeira pode ser decorrente da necessidade de ampliação de vias de deslocamento em meio urbano, necessidade esta, que é fruto do crescimento urbano exagerado e da reprodução de uma *urbe* capitalista. A segunda está relacionada à necessidade de resolver os problemas de alagamento já existentes em razão do aumento da vazão causado pela impermeabilização crescente do solo. Já a terceira – e não menos importante – está ligada à percepção da população em relação ao que é saneamento, onde a degradação das águas fluviais, devido ao despejo dos esgotos da cidade gera desconforto visual, e, por consequência, um desejo pela exclusão progressiva dos rios das paisagens urbanas. Sendo assim, os rios urbanos passam a ser vistos como esgotos e não como elementos naturais da paisagem, admitindo que “a canalização tem, portanto, a motivação de resolver (ainda que pontualmente no tempo e no espaço) um problema de alagamento e de esconder um estado de degradação do ambiente, cuja solução integral é mais complexa” (SOUZA, 2013, p. 60).

A implantação de Belo Horizonte se deu entre duas bacias hidrográficas contribuintes no alto curso do Rio das Velhas, mais precisamente à margem direita do ribeirão Arrudas, aos pés da Serra do Curral. Desde o início, a subordinação da natureza em detrimento do interesse humano, gerou inúmeros problemas, pois “ainda que seus leitos fossem desviados e retificados para coincidirem com o traçado das ruas, os talwegues e depressões remanescentes no interior das quadras – moldados pelo relevo – frequentemente eram retomados pelas águas pluviais” (SILVA, 2013, p. 45).

Partindo de toda a problemática vinculada à gestão dos recursos hídricos em meio urbano e suas relações diretas com os diferentes usos e ocupações do solo na cidade de Belo Horizonte, o Plano Diretor Municipal, desenvolvido na década de 1990, abre precedente para a construção de um Plano Diretor voltado especialmente

para atender às demandas da drenagem urbana, que nesta época já apresentava elevado grau de complexidade. O Plano Diretor de Drenagem Urbana de Belo Horizonte (PDDU) foi desenvolvido enquanto instrumento no planejamento da drenagem, tendo como área de abrangência os cursos d'água presentes no município, sendo aqueles distribuídos nas bacias do Ribeirão Arrudas, do Onça, do Isidoro e os afluentes do Rio das Velhas.

Outro documento norteador é o Plano Municipal de Saneamento de Belo Horizonte (PMS) que desenvolveu a Política Municipal de Saneamento como instrumento de planejamento e monitoramento das ações de saneamento em Belo Horizonte. O PMS é um documento quadrienal e que passa por revisão a cada dois anos, o que permite uma análise das condições do município.

De acordo com o levantamento do Plano Municipal de Saneamento (2016-2019), em Belo Horizonte existem cerca de 670 quilômetros de cursos d'água, onde 160 quilômetros estão inseridos dentro da mancha urbana e 31% do total de cursos d'água foram transformados em canais abertos ou fechados. A maioria desses córregos e ribeirões encontra-se poluída devido ao lançamento de esgotos e de resíduos sólidos. No entanto, as canalizações suprimem as condições naturais dos cursos d'água e induzem à ocupação de suas várzeas e planícies de inundação, transferindo as inundações locais para jusante. O cenário urbanizador de estrangulamento dos fluxos d'água apenas favoreceu a ocorrência de novas inundações, repetidas sazonalmente e sempre de forma mais devastadora.

#### **2.4 Políticas públicas na gestão dos recursos hídricos de Belo Horizonte**

Ao passo que a necessidade de desenvolvimento de políticas públicas eficientes que tratem da gestão das águas urbanas se avoluma, também se intensificam as demandas ao poder público para uma atuação objetiva e imediata. Segundo Souza (2013) o escopo de um planejamento integrado e sustentável envolve a valorização da estrutura natural dos cursos d'água, a criação e manutenção de áreas permeáveis que diminuam os impactos à jusante dos cursos d'água, associando a execução de projetos que apresentem soluções compensatórias integradas com a criação de áreas verdes.

No entanto, intervenções apenas estruturais não são suficientes para minimizar os problemas, principalmente em curto prazo. Sendo assim, ainda de acordo com Souza (2013), há necessidade de criação de medidas complementares que gerem alternativas para a convivência ou adaptação aos problemas de drenagem urbana. Tais medidas podem estar relacionadas à criação de instrumentos de identificação da estrutura de drenagem, à previsão de eventos meteorológicos atípicos e à criação de canais informativos à população.

As políticas públicas precisam, portanto, ser de ordem estrutural e complementar, que atuem em longo e médio prazo, que sejam articuladas e integradas e possam proporcionar à população a situação de segurança diante de eventos hidrológicos atípicos, diminuindo progressivamente os danos sociais e ambientais. Segundo Tucci (2012), a estratégia de gestão integrada das águas urbanas envolve: planejamento urbano, criação de legislação específica e elaboração de metas,



resultando na lógica de saneamento que compreenda os resíduos sólidos, a água, o esgoto e a drenagem.

Como exemplo de política pública, temos o Programa de Recuperação Ambiental de Belo Horizonte – DRENURBS que foi lançado pela Secretaria Municipal de Política Urbana de Belo Horizonte (SMPU) e a Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP), autarquia responsável pela implantação de políticas governamentais de desenvolvimento urbano, sendo parte de suas atribuições, o planejamento e execução de serviços direcionados ao abastecimento de água e esgotamento sanitário do município.

De acordo com o Plano Municipal de Saneamento (2016-2019), o Drenurbs foi criado a partir do Plano Diretor de Drenagem Urbana de Belo Horizonte e tem como principal meta reverter a tendência histórica de canalização dos cursos d'água, através da consolidação de novos modelos de intervenção que sejam capazes de preservar as condições naturais dos leitos de escoamento e estabelecer uma cultura de conservação desses ambientes degradados pela ocupação urbana, reinserindo os rios urbanos nas paisagens belo-horizontinas. O Decreto Municipal Nº 13.916, de 08 de abril de 2010, oficializou o Programa Drenurbs como parte integrante do Projeto Sustentador de Recuperação Ambiental do Programa BH Metas e Resultados.

Segundo o Relatório Técnico divulgado pelo Projeto Soluções para Cidades (PROGRAMA DENURBS, 2013), o Drenurbs é um programa de alta complexidade e que demanda uma implementação gradual, pois abrange aproximadamente 51% da área total do município, envolvendo 47 sub-bacias e influenciando a vida de aproximadamente 45% da população de Belo Horizonte. Esse programa tem como objetivos específicos a despoluição dos cursos d'água; a redução dos riscos de inundações; o controle da produção de sedimentos e o fortalecimento institucional da Prefeitura de Belo Horizonte. Além dos objetivos descritos acima, o Drenurbs também estabeleceu uma série de ações de cunho ambiental e social que deveriam ser desenvolvidas ao longo do programa, através de diferentes etapas e mediante disponibilidade financeira e capacidade operacional do município.

Iniciado em 2001, o Drenurbs apresentou em um período de 10 anos, duas de suas fases concluídas. A primeira fase foi concluída no mesmo ano de lançamento e envolveu o levantamento, a caracterização e o diagnóstico das bacias hidrográficas, considerando as macro e microdrenagens. Já a segunda fase, concluída em 2011, envolveu a construção de modelagens técnicas dos ribeirões Arrudas e Onça, a implantação de sistemas de monitoramento e a criação da Carta de Inundações de Belo Horizonte através da identificação de trechos críticos ou altamente suscetíveis a inundações.

Muito embora o Drenurbs tenha sido concebido para desenvolver soluções para os problemas sanitários e ambientais nas bacias hidrográficas do município, principalmente em áreas sensíveis e de elevada densidade populacional, as intervenções realizadas desde 2001 não têm sido verdadeiramente eficientes. O Drenurbs é uma política pública complexa, mas urgente e deve ser desenvolvida com celeridade, pois até hoje, vinte anos após seu lançamento, diversas áreas da cidade, que vão de Venda Nova à Cidade Jardim ainda têm que lidar com o caos

urbano que se instala anualmente nos períodos de chuva. É necessário, portanto, construir uma solução colaborativa, que não seja meramente teórica, mas sim concreta, onde sua execução proporcione soluções reais em diferentes escalas

### 3 DISCUSSÕES

A urbanização no contexto brasileiro gera respostas previsíveis aos estímulos do modelo econômico capitalista, que impõe a terra o valor de mercadoria e onde “a vulnerabilidade da cidade diz respeito, evidentemente, à condição dos homens e dos bens que ela concentra [...], que tornam os grupos mais ou menos suscetíveis aos impactos derivados de riscos diversos, que se formam nos contextos urbanos” (MENDONÇA; LEITÃO, 2008, p. 149).

Como já abordado anteriormente, o espaço urbano não deve ser entendido como mero receptáculo da vida social, por essa razão, as relações entre sociedade e natureza não podem ser desprezadas na análise da distribuição espacial das populações mais vulneráveis com a gestão dos recursos hídricos, ou seja, ao tratarmos do gerenciamento desses recursos em meio urbano, é impossível desvincular a vulnerabilidade social dos moradores das áreas mais susceptíveis aos problemas de inundação e alagamento, principalmente, nos períodos de chuva e a proposta racional e higienista da ocupação urbana das cidades brasileiras.

Tucci (2012) relacionou os principais problemas que envolvem os usos dos solos e seus impactos diretos sobre a gestão dos recursos hídricos, sendo eles:

- (i) a expansão irregular sobre as áreas de mananciais de abastecimento humano, comprometendo a sustentabilidade hídrica das cidades; (ii) a população de baixa renda tende a ocupar as áreas de risco de encostas e de áreas de inundações ribeirinhas, devido à falta de planejamento e fiscalização; (iii) aumento da densidade habitacional, com conseqüente aumento da demanda de água e do aumento da carga de poluentes sem tratamento de esgoto, lançados nos rios próximos às cidades; (iv) o planejamento urbano tem levado a uma excessiva impermeabilização das áreas públicas; canalização dos rios urbanos que, posteriormente, são ainda cobertos por concretos e avenidas, produzindo inundações em diferentes locais da drenagem (TUCCI, 2012, p. 8).

Dessa maneira, os modelos de apropriação dos espaços urbanos refletem as desigualdades socioeconômicas que acompanham as sociedades contemporâneas, e, associado a esses modelos, há notória omissão do poder público, materializada pela ineficiência de políticas públicas que atendam, verdadeiramente, as demandas da população, principalmente as marginalizadas (MENDONÇA; LEITÃO, 2008).

Diante desse cenário, é necessário pensar sobre o fenômeno da gentrificação que é um dos símbolos do desenvolvimento das cidades contemporâneas. A gentrificação ocorre ao passo que envolve investimento de capital, seja ele público ou privado, com o intuito de ressignificar os espaços urbanos, podendo ocorrer através do

fornecimento de serviços, da realização de benfeitorias que impactem na revalorização das moradias, entre outros.

Como consequência desse fenômeno, há uma elevação do valor da terra e o deslocamento compulsório das populações mais pobres, onde mais uma vez, as pessoas menos abastadas são lançadas às margens. Dessa maneira, é impossível falar de desenvolvimento das periferias sem citar o que a gentrificação representa para as populações que ocupam essas áreas, entretanto, vale ressaltar que a crítica não envolve o oferecimento de serviços e infraestrutura, mas sim transformar o direito à moradia em mercadoria à mercê da lógica produtivista e das oscilações mercadológicas.

Assim, a busca por sistemas de drenagem altamente eficientes, inspirados em ideais positivistas de ordem e progresso e relacionado à visão higienista e modernizadora que fez parte da construção da cidade, é visivelmente representada na cidade de Belo Horizonte pela construção de estruturas hídricas que não somente são em sua maioria invisíveis e colossais, mas que possuem como principal consequência obras gigantescas que resultaram no distanciamento entre o planejamento urbano e a manutenção da sustentabilidade dos sistemas naturais de drenagem, além do estímulo e permissividade da ocupação e impermeabilização de áreas de várzea que são naturalmente alagáveis, desencadeando assim, graves problemas urbanos, como a inundação.

## REFERÊNCIAS

PASSOS, Daniela. A formação do espaço urbano da cidade de Belo Horizonte: Um estudo de caso à luz de comparações com as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v.21, n.2, p.332-358, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/22406>. Acesso em: 25 ago. 2020.

DINIZ, Luciano dos Santos. **(Re)estruturação urbana e o processo de gentrificação em Venda Nova - Belo Horizonte/MG**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3693>>. Acesso em: 17 fev. 2021.

SILVA, Margarete Maria de Araújo. **Água em meio urbano, favelas nas cabeceiras**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-98SK7A>>. Acesso em: 17 fev. 2021.

MENDONÇA, Francisco de Assis. LEITÃO, Sanderson Alberto Medeiros. Riscos e vulnerabilidade socioambiental urbana: uma perspectiva a partir dos recursos hídricos. **GeoTextos**, Bahia, vol. 4, n. 1 e 2, p. 145-163, 2008. Disponível em:

<<https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/viewFile/3300/2413>>. Acesso em: 18 fev. 2021

TUCCI, Carlos Eduardo Morelli. **Gestão da drenagem urbana**/Carlos E. M. Tucci. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2012. (Textos para Discussão CEPAL-IPEA, 48). 50p. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/taxonomy/term/8097/31288>>. Acesso em: 7 mar. 2021.

SOUZA, Vladimir Caramori Borges de. Gestão da drenagem urbana no Brasil: desafios para a sustentabilidade. **Revista Eletrônica de Gestão e Tecnologias Ambientais (Gesta)**, Bahia, v. 1, n. 1, p. 57-72, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/gesta/article/view/7105>>. Acesso em: 18 fev. 2021.

PINHO, Gabriela de Faria. **Centralidade para além do capital?** Uma discussão acerca dos conceitos de território e identidade em Venda Nova, Belo Horizonte. Dissertação de mestrado, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/35284>. Acesso em: 05 de maio de 2021.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE (PBH). **Plano Municipal de Saneamento de Belo Horizonte 2016/2019**. Belo Horizonte, MG. 2016. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/obras-e-infraestrutura/informacoes/publicacoes/plano-de-saneamento>>. Acesso em: 09 mar. 2021.

**PROGRAMA DENURBS:** Uma concepção dos recursos hídricos no meio urbano de Belo Horizonte, 2013. Disponível em: [https://www.solucoesparacidades.com.br/wp-content/uploads/2013/09/AF\\_DRENNURBS\\_WEB.pdf](https://www.solucoesparacidades.com.br/wp-content/uploads/2013/09/AF_DRENNURBS_WEB.pdf). Acesso em: 05 de maio de 2021.